



Internalização da soberania alimentar: desafios do MST em construir caminhos alternativos¹

Andre Luiz de Souza²

Sergio Schneider³

Resumo: Nas últimas décadas, vários movimentos sociais do campo ligado à *La Via Campesina* têm internalizado em seus princípios novos valores com base na soberania alimentar/Agroecologia, com vistas à construção de novas práticas alimentares. Dentro dessa conjuntura, esta pesquisa objetivou analisar como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os assentados/agricultores assimilam, interiorizam e praticam o entendimento sobre soberania alimentar. O estudo tem abordagem qualitativa, envolvendo revisão teórica referente aos aspectos e fundamentos históricos do conceito de soberania alimentar, juntamente com análise dos documentos produzidos pelo MST e da realização de entrevistas semiestruturadas com 10 assentados da região Oeste do Paraná. Com base no *corpus* selecionado, concluímos que, mesmo o MST sendo o protagonista no debate sobre a necessidade de mudança no modo de produção das práticas alimentares voltado para uma agricultura agroecológica e para a soberania alimentar, isso não tem tido efeito para transformar a matriz de produção nas unidades familiares dos assentamentos. Constatamos esse fato nas palavras dos próprios assentados/agricultores, os quais, embora tenham demonstrado assimilar o conceito/a noção de soberania alimentar pela ótica do MST, efetivamente não a praticam. Sabemos que essa mudança de paradigma não cabe somente ao MST, mas inclui a participação do Estado e de vários setores da sociedade para que mudanças efetivas ocorram nos espaços de assentamento, com vistas à efetivação da soberania alimentar e de práticas agroecológicas.

Palavras-chave: *La Via Campesina*; Agricultores Assentados; Agroecologia. Reforma Agrária.

APPROPRIATION OF FOOD SOVEREIGNTY: CHALLENGES OF THE MST IN CONSTRUCTING ALTERNATE PATHS

Abstract: In the last decades, many social movements of the field linked to *La Via Campesina* have internalized in their principles new values based on food/agroecological sovereignty looking towards the construction of new food practices. Within this conjuncture, this research aimed to analyze how the Movement

¹ Este artigo advém de trabalho apresentado no 59º Congresso da SOBER & 6º EBPC, realizado excepcionalmente online, entre os dias 02 a 06 de Agosto de 2021. Brasília-DF. Foram realizados os ajustes conforme debate no GT04. Questão ambiental, agroecologia e sustentabilidade.

² Sociólogo, especialista em Agroecologia e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil E-mail: andresouza@ufrgs.br

³ Professor Titular do Departamento de Sociologia e membro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (www.ufrgs.br/pgdr) e de Sociologia (www.ufrgs.br/ppgs) da UFRGS. Pós-doutor na City University of London com o Prof. Tim Lang (2015-2016 e no Institut of City and Regional Planning, na Cardiff University/Wales/UK, com Terry Marsden (2007-2008).E-mail: schneide@ufrgs.br

of Landless Rural Workers' (MST) and the settlers/farmers assimilate, internalize and practice the understanding of food sovereignty. The study has a qualitative approach, involving theoretical revision referent to the historical aspects and fundamentals of the concept of food sovereignty, along with the analysis of documents produced by the MST and the realization of semi-structured interviews with 10 of the settlers of the West region of Parana/Brazil. Based on the selected corpus, we conclude that, even with MST being the protagonist on the debate about the necessity of change in the production mode of food practices turned towards an agroecological agriculture and towards food sovereignty, this has not had effect to transform the production matrix in familial units of the settlements. We verify this fact on the words of the settlers/farmers themselves, of which, while they have demonstrated to have assimilated the concept/notion of food sovereignty by the views of the MST, they effectively do not practice it. We know this change of paradigm falls not only on the MST, but it includes the participation of the State and of various sectors of Society for effective changes to happen in the settlements, with goals of effecting food sovereignty and agroecological practices.

Keywords: La Via Campesina; Settled Farmers. Agroecology; Agrarian Reform.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira convive com disputas e percepções antagônicas de desenvolvimento rural. Diante do processo histórico do crescimento da agricultura, esse conflito se intensificou a partir de meados do século XXI, em torno de dois modelos: (i) o primeiro denominado de agronegócio, estruturado nos moldes da modernização da agricultura da revolução verde, alicerçado nas produções de *commodities* agrícolas e no uso intensivo de produtos químicos e sementes geneticamente modificadas (OGM); (ii) o segundo pautado em uma proposta de agricultura organizada com bases agroecológicas, que preconiza recursos autóctones pelos agricultores, capitaneada pela *La Via Campesina* e estruturada na construção da soberania alimentar, com bases agroecológicas dos povos do campo e da cidade (LEITE; BRUNO, 2019).

Esta polarização ou dualismo serve, acima de tudo, como construção política da identidade de atores e agentes que estão em um ou outro destes dois polos/campos e disputam, através de narrativas, ideias e propostas, a legitimidade e o reconhecimento – nos termos de Weber (1999) e Honneth (2003), respectivamente. Mas, na prática, estas diferenças não são assim tão fáceis de serem percebidas ou empiricamente situadas. Por exemplo, há muitos agricultores familiares e mesmo assentados da reforma agrária que se inserem em cadeias globais de *commodities*,

produzindo soja, tabacos, cana-de-açúcar entre outros. Então, ainda que nós reconheçamos o valor destas construções do ponto de vista sociológico e político, é preciso entender do que se tratam, e também qual é o lugar de fala e o ponto de vista de cada ator/campo. Assim, defendemos uma visão mais complexa e menos simplificada, que não se limita a resumir o fenômeno ao mero antagonismo referido.

Em outras palavras, procuramos não cair no maniqueísmo “agronegócio *versus* agricultura familiar”, pois ao final e ao cabo, tal disputa se desdobra em outros antagonismos, como produção para o mercado *versus* produção para autoconsumo; ou, pior ainda, produção comercial (ou para o mercado) *versus* produção para consumo doméstico; agricultores que produzem *versus* pobres do campo que não produzem renda. Este tipo de antagonismo acaba reificando o debate e colocando a agricultura familiar num gueto.

Logo, no que se baseia esse “olhar mais complexo” que aqui propomos? Partimos da noção de que há um dualismo como uma construção política (AQUINO *et al.*, 2018), bem como da ideia de que ao invés de falar em agronegócio *versus* agricultura familiar, podemos falar, como fez McMichael (2009), em “*food from nowhere X food from somewhere*”. McMichel (2009) se referiu à oposição entre *food from no-where* (alimentos de nenhum lugar ou sem origem) e *food from some where* (alimentos de origem ou de algum lugar), argumentando que o sistema alimentar corporativo tende a desenraizar e tornar sem identidade a origem e a procedência dos alimentos. Neste sentido, os alimentos se tornam uma mercadoria como outra qualquer e sua identidade desaparece no processo de globalização – o qual os torna igualmente fetiches. Ao contrário, os alimentos com origem e identidade expressam a sua procedência regional e permitem que se saiba quem os produziu e como foram produzidos. Os alimentos se tornam bens de troca, mas não mercadorias alimentares. Em resumo, o que McMichael está afirmando é que no capitalismo, o sistema alimentar corporativo tende a mercantilizar os alimentos e a torná-los mercadorias. Neste sentido, o sistema alimentar corporativo rompe com a soberania alimentar, pois desenraiza e desconecta os alimentos dos territórios e dos agricultores que os produziram.

Por fim, para nós está claro que é preciso aprofundar os estudos e “adentrar o agronegócio”, demonstrado que ele não é um bloco monolítico – torna-se importante, com efeito, atentar para os modos como os atores políticos preponderantes nos sistemas agroalimentares se pronunciam e agem (POMPEIA; SCHNEIDER, 2021). Assim sendo, esse dualismo representa e identifica diferentes setores da sociedade e visões de agriculturas. A configuração desses caminhos apresenta, de um lado, os interesses dos grupos agroindustriais de produção de “alimentos” como mercadoria e insumos de agroquímicos, e de outro lado, uma produção

assegurada no desenvolvimento sustentável, permeada pelas questões ambientais, da soberania alimentar, com ênfase na produção de alimentos agroecológicos e na defesa da diversidade cultural (LEITE; BRUNO, 2019).

Nessa esteira de reflexão, é fundamental destacar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem protagonizado, nas últimas décadas, um relevante debate no cenário brasileiro, rompendo/desvinculando-se do discurso pregado no início da sua formação, que confluía com uma agricultura semelhante ao modelo do agronegócio. Desde meados dos anos 2000, o movimento passou a interiorizar novos princípios em sua bandeira de luta. O discurso da soberania alimentar começou a ser fundamentado como um princípio a ser seguido pela militância nas transições das novas práticas de produção e consumo agroecológicas nos assentamentos rurais da reforma agrária, assegurando, com isso, novas diretrizes para os acampamentos e assentamentos às famílias de agricultores.

Diante dessa realidade, objetivamos, neste trabalho, discutir como se deu o processo de assimilação e adoção da abordagem ou narrativa da soberania alimentar pelo MST. A abordagem metodológica deste estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, a partir de revisão teórica referente aos aspectos e aos fundamentos históricos do conceito de soberania alimentar, juntamente com a análise dos documentos produzidos pelo MST e a realização de entrevistas semiestruturadas com 10 assentadas(os) na região Oeste do Paraná.

A opção por pesquisar a construção do discurso sobre a soberania alimentar a partir da ótica da *La Via Campesina* e do MST justifica-se pela capacidade de mobilização e de articulação de um número expressivo de agricultores assentados que interiorizam o *habitus* da soberania alimentar/agroecologia nos assentamentos. Diante disso, é preciso entender a dinâmica dessa realidade que emerge nas novas agriculturas do século XXI.

O trabalho está dividido em seis partes, sendo a introdução a primeira; na segunda, discutimos os pormenores da emergência do conceito/da noção de soberania alimentar na *La Via Campesina* e como se tornou uma referência de luta para os movimentos sociais do campo nos últimos vinte anos; na terceira, problematizamos como os estudiosos veem a soberania alimentar, indicando as controvérsias e as questões sobre a temática; na quarta, elencamos como o MST e as organizações de representação dos assentados assimilam e se apropriam do conceito/noção de soberania alimentar; na quinta, apresentamos como os assentados/agricultores percebem e praticam o significado e o entendimento da soberania alimentar; na sexta, concluímos com uma análise crítica referente aos objetivos propostos pelo artigo, enfatizando que há muitos desafios para *La Via Campesi-*

na e o MST na luta pela consolidação da soberania alimentar/agroecologia para romper com o atual regime agroalimentar.

LA VIA CAMPESINA: A SOBERANIA ALIMENTAR COMO RESISTÊNCIA

O movimento global pela soberania alimentar surgiu no final da década de 1990 como reação à liberalização do comércio agrícola e à expansão de um modelo de agricultura industrial de capital intensivo, liderado por corporações e caracterizado pela pobreza rural persistente, pela fome, pelo deslocamento e pela degradação ambiental (CLAEYS; DUNCAN, 2019). Desde então, a 'soberania alimentar' passou a existir como um poderoso quadro de mobilização para movimentos sociais, um conjunto de normas e de práticas voltadas à transformação de sistemas alimentares e agrícolas, ou seja, é um movimento em movimento. Embora o destaque do conceito tenha ocorrido na década de 90, por meio da *La Via Campesina*, o conceito de soberania alimentar emergiu timidamente nos anos 80, vinculado aos movimentos do campo e dos governos da América Central, que buscavam meios para organizar melhor as condições da alimentação e trabalho (EDELMAN, 2014).

A concretização da *La Via Campesina*, em meados dos 1990, representou um avanço aos movimentos sociais do campo e à consolidação da soberania alimentar, mediante a declaração de Tlaxcala, produto da II Conferência Internacional da Via Campesina (II CIVC), no México, em abril de 1996, com participação de 69 organizações sociais do campo de 37 países. Conforme Xavier *et al.* (2018), apesar do termo ter surgido apenas nesse ano, o conteúdo expresso no conceito de soberania alimentar está bastante presente desde a primeira conferência da *La Via Campesina*, realizada em 1993, em Mons, Bélgica, o que demonstra a importância desse tema para os movimentos sociais do campo em nível mundial.

Nessa conferência, o conceito de soberania alimentar foi discutido e ampliado, contrapondo-se ao regime agroalimentar dominante. A abrangência do capitalismo, o seu desenvolvimento desenfreado no campo, as consequências drásticas para a sociedade e o aumento das desigualdades sociais fizeram com que os camponeses dos continentes americano e europeu decidissem criar uma ferramenta de luta contra o modelo vigente de agricultura. A *La Via Campesina*, ao estabelecer o modelo do capitalismo neoliberal como inimigo do desenvolvimento econômico e social dos povos do campo, torna a soberania alimentar o elemento central da construção de um novo modelo de sociedade, para romper com os gargalos criados pelo capitalismo neoliberal.

Nesse sentido, a conferência explicitou as mazelas do sistema econômico capitalista como sendo os principais entraves para materialização do direito à alimen-

tação e à dignidade humana. A política do sistema econômico mundial promove um processo de globalização da fome e da pobreza, além de seus métodos serem responsáveis pelo desaparecimento de diversas etnias dos povos do campo, possibilitando o extermínio de indígenas e das semestres crioulas, bem como o aumento expressivo da concentração da terra, acarretando pauperização de milhões de pessoas que enfrentam escassez de alimentos e desnutrição.

Para combater a realidade de expropriação e de subordinação ao capital, *La Via Campesina* apresenta a *soberania alimentar* como contraponto ao sistema neoliberal, frisando a autonomia de cada nação na produção de alimentos produzidos e consumidos em suas fronteiras, sem ficar à mercê das grandes corporações transnacionais. Isso implica a liberdade para produzir e desenvolver suas próprias capacidades de produção de alimentos e conservação das já existentes, garantindo, por sua vez, a diversidade cultural dos hábitos alimentares e dos modos de produção agrícola (HOYOS; D'AGOSTINI, 2017).

A primeira conferência tem em sua gênese o espírito de responsabilizar as políticas econômicas neoliberais da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), que impuseram normas e leis e retiraram a autonomia dos países de produzirem seus próprios alimentos, conforme a sua realidade, homogeneizando as práticas produtivas e destruindo as culturas locais. Essas medidas econômicas manipuladas pelas cooperações econômicas favorecem a destruição de produção de alimentos local, desencadeando perda e controle da terra, dos recursos naturais, especialmente as sementes (LA VIA, 1996).

Na virada do século, as lutas se intensificaram em escala internacional e tomaram novas dimensões e arenas de disputas de projetos. Nesse contexto, foram nas várias edições do Fórum Social Mundial que *La Via Campesina* se consolidou como organização internacional dos povos do campo. Entre os anos 2000 a 2008, as conferências amadureceram as bases teóricas e ideológicas do conceito da soberania alimentar. A *III Conferência da Via Campesina* foi realizada em Bangalore, Índia, em outubro de 2000, com participação de 40 países e mais de 100 delegados de diversos movimentos sociais do campo.

O Brasil protagonizou e organizou a *IV Conferência da Via Campesina*, que ocorreu em junho de 2004, na cidade de Itaipava, São Paulo. Essa conferência foi coordenada pelo MST e diversos outros movimentos ligados ao campo, com uma participação de 76 países e 400 delegados de movimentos sociais. Nos dias que antecederam à conferência, ocorreram também a *II Assembleia Mundial de Mulheres Camponesas* e a *I Assembleia Mundial de Jovens da Via Campesina*, ressaltando a

força dos movimentos sociais do campo na preparação e na articulação em torno do tema da soberania alimentar.

Seguindo o embate contra o modelo hegemônico do sistema agroalimentar, *La Via Campesina* continuou organizando manifestações e intervenções nas diversas áreas da sociedade. Em 2008, organizou a *V Conferência Internacional*, em Moçambique, cujo lema foi: “Soberania alimentar, já! Com a luta e a unidade dos povos!”

No entanto, a lapidação do conceito de soberania alimentar ocorreu no *Fórum Mundial pela Soberania Alimentar (World Forum for Food Sovereignty)*, em 2007, na pequena comunidade de Nyéléni, no Mali, que contou com mais de 500 representantes de mais de 80 países, incluindo organizações camponesas, agricultores familiares, consumidores e diversos grupos sociais e representantes dos povos do campo. A declaração Nyéléni abrange uma definição completa que incorpora outros elementos que as demais conferências não elencaram.

Conforme salientam Fradejas *et al.* (2015), o amadurecimento da definição esclareceu de fato o que é, quem realiza, porquê, como, onde, quando e o que acontece na proposta de soberania alimentar. A partir desse momento, a soberania alimentar ganha uma identidade de causa e uma imagem globalizada das lutas em nível integral contra o sistema hegemônico dos impérios alimentares. Nas observações de Xavier *et al.* (2018), essa ideia contradiz a perspectiva do sistema agroalimentar dominante visível nas gôndolas de supermercados de produtos padronizados em escala global e produzido por poucas multinacionais baseadas em poucos itens ou *commodities*.

Denota-se que a definição de soberania alimentar, desde a sua essência, mudou conforme as organizações dos movimentos sociais foram aperfeiçoando e definindo o papel da *La Via Campesina* na luta pela transformação do sistema alimentar. Nessa perspectiva, valorizam-se os agentes locais e os aspectos culturais relacionados à natureza e à sustentabilidade. Para Stédile e Carvalho (2011), a soberania alimentar é mais do que um conceito; trata-se de um princípio e de uma ética de vida que não responde a uma definição acadêmica, mas emerge de um processo coletivo de construção, participativo, popular e progressivo. Os autores reforçam a defesa dos direitos coletivos das minorias, especialmente as que vivem nos campos e nas florestas. Os teóricos da *La Via Campesina* salientam que a soberania alimentar materializa-se no direito de decidir como organizar o que produzir e como plantar. Outrossim, afirmam que não se trata apenas de um princípio, de um direito ao alimento, mas de uma ética de vida.

A construção desse emergente paradigma tem um diferencial do modelo hegemônico do sistema agroalimentar, haja vista que não está interessado apenas

na produção, mas em como as práticas produtivas são trabalhadas. É valorizado um vasto conjunto de questões ambientais, sociais, culturais, econômicas, regionais e locais, relativas à produção alimentos e à preservação da vida em todas formas. Assim, o determinismo econômico não se sobrepõe aos interesses coletivos, e a produção de alimentos não é uma mera mercadoria controlada pelas grandes corporações transnacionais. Para *Ye et al.* (2019), as novas resistências e lutas são um esforço para construir e defender o que o sistema econômico dominante não mais oferece: emprego, uma renda mínima, a base de um sustento e algumas centelhas de esperança.

Nesse sentido, o fórum Nyéléni consolidou as diretrizes para um novo sistema agroalimentar alternativo, dando ênfase às “novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos étnicos, classes sociais e gerações”. Para McMichael (2016), a soberania alimentar reorganiza conceitualmente o mundo. O movimento por soberania alimentar não agrega somente os camponeses ou a comida, mas aborda a reorganização da política econômica, remodelando a luta social ao redor de princípios democráticos, de igualdade de gênero e direitos dos agricultores das populações urbanas.

Nas últimas duas décadas, *La Via Campesina* vem construindo experiências de soberania alimentar como modo alternativo de combate à fome no mundo e à exclusão social ocasionada pela má distribuição de renda e concentração da terra. No Brasil, destaca-se articulação da *Jornada de Agroecologia*, com 18 edições. Para Tardin *et al.* (2019), a jornada surge em contraposição direta ao agronegócio, que é uma forma econômica e política do capital dominar e explorar a agricultura, concentrar a terra, mercantilizar a natureza, impor um padrão alimentar à humanidade e depredar as bases ecológicas da biosfera. Na ótica dos pesquisadores, a jornada de agroecologia, desde a sua primeira edição, é uma coalizão política **constituída** a partir de amplo processo dialógico entre vários movimentos sociais, alinhada ao Fórum Social Mundial na perspectiva de que “um outro mundo é possível”. A soberania alimentar assume significados importantes baseados nos locais que refletem as histórias, as políticas, as ecologias e as culturas de uma região, bem como as lutas nas quais as pessoas estão atualmente atoladas (SCHIAVONI, 2017).

Nesse contexto de lutas contra o modelo hegemônico do sistema agroalimentar, destaca-se a luta do MST, no Brasil, sendo um articulador da *La Via Campesina* e um expoente protagonista nos assentamentos da reforma agrária, para construir uma nova matriz de produção vinculada à soberania alimentar. A esse respeito, Bittencourt *et al.* (2019) frisam que, com a reforma agrária popular e a agroecologia, é possível garantir a soberania alimentar para que cada pessoa no Brasil possa se nutrir com alimentação saudável como um direito de todos.

Após ressaltarmos alguns pormenores da emergência do conceito/da noção de soberania alimentar na *La Via Campesina* e como se tornou uma referência de luta para os movimentos sociais do campo, a seguir, problematizamos como os estudiosos veem a soberania alimentar, indicando as controvérsias e as questões sobre a temática.

A SOBERANIA ALIMENTAR NA CONCEPÇÃO DOS CIENTISTAS: OS DILEMAS E AS APORIAS

A soberania é uma construção histórico-espacial relacionada ao poder, à autoridade e ao domínio sobre um determinado espaço, sendo exercida por uma pessoa, família, povo, classe, dentre outros, formando o território (FABRINI, 2017). Diante disso, entender as contendas da soberania alimentar, conforme expresso nos cânones da *La Via Campesina*, é necessário diante da sociedade globalizada do século XXI. Para Almeida (2019), a soberania alimentar explicita a dimensão teórico-prática da sua execução como resistência ao poder hegemônico das corporações transnacionais no campo alimentar.

No entanto, em suas análises, Desmarais (2015) explicita que assumir o conceito de soberania alimentar, conforme evoluiu entre os atores de base, requer um engajamento crítico, com uma nova política de possibilidades. Isso envolve reconsiderar e reformular conceitos de vontade política coletiva, autoridade apropriada, governança, autodeterminação, solidariedade e direitos individuais e coletivos. Por isso, há necessidade de uma reflexão crítica para não cometer erros e equívocos nos ideais e metas a serem alcançados.

Para a teórica supracitada, é preciso compreender melhor o que é soberania alimentar – seu potencial, desafios e limitações como uma estrutura para a mudança do sistema alimentar –, algo que requer um olhar cuidadoso para os atores sociais envolvidos e para os conceitos que têm potencial transformador, já que não aparecem no vácuo como exercícios intelectuais desencarnados. Os elementos subjacentes presentes necessitam de criticidade para não se perderem no caminho. É fundamental pensar em mudança na perspectiva de possibilidades concretas e palpáveis e não nas reminiscências sociais.

Destaca-se que a soberania alimentar é muito mais abrangente do que a segurança alimentar e o direito à alimentação, porque problematiza questões sobre as quais alimentos são produzidos, onde, como, por quem, além de suscitar questionamentos sobre o consumo e a distribuição de alimentos (DESMARAI, 2007; 2014; 2015). Nessa perspectiva, o potencial transformador dos movimentos pela soberania alimentar reside em sua visão ampla para a mudança social, uma visão coletiva que é moldada pela compreensão da particularidade, da diversidade e da conexão das

lutas pela soberania alimentar (BERSTEIN, 2020).

A análise de Desmarais (2014; 2015) vai ao encontro da perspectiva de Edelman *et al.* (2014), os quais asseveram que, embora a soberania alimentar tenha prosperado como um processo dinâmico, há muitas questões espinhosas, como suas origens, sua conexão com outros movimentos de justiça alimentar, sua relação com os discursos de direitos, os papéis dos mercados e dos estados e os desafios de implementação. Muitas dessas questões ficam a desejar pelos movimentos que compõem *La Via Campesina*, pois são elementos pertinentes que ultrapassam os aspectos políticos e ideológicos e tornam-se uma barreira para superação dos gargalos existentes no regime agroalimentar.

Trabalhar com as questões árduas de suas origens, quais poderiam ser as suas limitações práticas e conceituais e o que seria necessário para implementá-las agora e no futuro em contextos econômicos, políticos e ecologicamente diversos são entraves e dificuldades contemporâneas dos movimentos sociais agrários que fundaram a *La Via Campesina*. Os movimentos agrários clássicos são pouco flexíveis a mudanças, principalmente referentes aos fatores que necessitam articulações com diversos setores da sociedade.

Diante do exposto, fica evidente que existe uma polissemia de concepções e de visões sobre a soberania alimentar, não havendo um consenso. Muitos ativistas da *La Via Campesina* veem-na como uma virtude, pois isso faz sentido, já que a organização é global e remete à diversidade de pensamentos e de entendimentos sobre a denominação e a sua praticidade. Para muitos, isso torna-se um refúgio ou um acalento, mas, em certos casos, fragiliza a eficácia da luta, levando à generalização de interpretações e ao enfraquecimento do projeto de mudança do regime alimentar (EDELMAN *et al.*, 2014).

Outro aspecto de resistência da soberania alimentar é a falta entendimento dos seus líderes orgânicos sobre o fato que se vive em uma sociedade globalizada e em redes. Não há como produzir alimentos apenas para um local a fim de fortalecer os agricultores e consumidores. A soberania alimentar tende a ver a longa distância ou o comércio exterior de produtos agrícolas sob uma luz negativa. Como observa Soper (2019), a soberania alimentar negligencia a importância do comércio de exportação para milhões de produtores camponeses em todo o mundo. Além disso, para Alonso-Fradejas *et al.* (2015), a soberania alimentar continua a apresentar a agricultura camponesa como o oposto da agricultura capitalista. Ploeg (2014) reconhece que os camponeses têm sido historicamente afetados pelos sistemas capitalistas. Longe de retratar os camponeses como resquícios do passado, intocados pelo capital, ele reconhece que o campesinato esteve influenciado por tecnologias verdes para que seus participantes se tornassem empresários agrícolas. Soper (2019)

analisa o problema com o discurso essencialista; sob essa lógica, os camponeses merecem acesso aos recursos, porque os usarão para cultivar alimentos sustentáveis. O problema é que se imagina que incorporar discursos e desenvolver práticas sustentáveis seja algo automático.

Não se pode negar que a agricultura industrial é poluidora e consumidora de agrotóxicos, assim como os países desenvolvidos são dependentes das exportações e as corporações controlam e ditam as regras do regime agroalimentar. Entretanto, é preciso pensar que o intuito da soberania alimentar é fazer uma mudança profunda na sociedade, por isso, não é possível limitar-se ao localismo e barrar o desenvolvimento e o crescimento dos estados e nações que estão em simbiose (EDELMAN *et al.*, 2014). A estrutura institucionalizada da soberania alimentar se afasta dos interesses reais e das realidades locais dos agricultores (SOPER, 2019).

Um projeto de desenvolvimento voltado ao interesse público forja um alicerce com novos valores sociais e éticos para sociedade, incluindo a ampliação da cidadania e da integração nacional e internacional. O que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social, no qual “o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento” (FURTADO, 1973, p. 75). Nesse sentido, está a proposta da soberania alimentar de almejar novos horizontes para romper suas próprias barreiras e estruturar novas metas diante dos dilemas enfrentados para se consolidar como uma alternativa viável e sustentável.

Por isso, a centralidade dos alimentos na perspectiva da *La Via Campesina* pode levar muitos defensores da soberania alimentar a negligenciar agricultores de pequeno e médio porte que cultivam para exportação vários tipos de *commodities*, levando a uma diminuição das suas rendas e ao fracasso na economia familiar, caso sejam obrigados a mudar para cultivos de alimentos básicos só para atender aos mercados locais. Essa prática, muitas vezes, é imposta e está condensada em uma percepção atrasada e mal interpretada que deturpa a concepção soberana da mudança (BURNETT; MURPHY, 2014; EDELMAN *et al.*, 2014; SOUZA, 2017). Será desafiador refletir sobre a antiga demanda de “preço acima do custo” ou “paridade” e imaginar o tipo de contrato social entre agricultores e não agricultores que pode emergir em um sistema agrícola baseado não na superprodução e no excesso, mas no cultivo de alimentos sustentáveis e nutritivos (ROMAN-ALCALÁ, 2015).

Embora as culturas alimentares tenham sido historicamente baseadas em locais e vinculadas às capacidades agrícolas em uma determinada região – uma conexão que constitui um pilar central da soberania alimentar –, a sociedade atual vive uma conexão instantânea, e não há como negar esse feito (EDELMAN *et al.*, 2014).

Ademais, os autores observam que a defesa da soberania alimentar é ambivalente, e a falta de coesão enfraquece o poder argumentativo dos defensores do projeto

de mudança. Nesse sentido, o projeto é ambicioso, pois os consumidores foram moldados durante anos a se adaptarem aos sabores e gostos das diversas culturas. Portanto, isso implica que a soberania alimentar pode não ser apenas sobre a defesa das culturas alimentares, mas também sobre revigorá-las ou mesmo reconstruí-las, trabalhando conscientemente para melhorar a “alfabetização alimentar” e para modificar os gostos do consumidor e dos agricultores para alcançar seus objetivos (DESMARAIS, 2007; WITTMAN, 2009).

Trauger (2014) destaca que há duas dimensões centrais para a soberania alimentar: o papel da soberania alimentar nos estados (ou outros mecanismos de governança) e o papel dos mercados (ou outras formas de alocar fatores de produção e distribuir produtos). A autora problematiza que a soberania alimentar pode implementar a sua visão radical dentro das estruturas existentes do moderno estado-nação liberal, trabalhando *com*, *contra* e *entre* as suas estruturas jurídicas, reformulando as noções centrais de soberania (território, economia e poder). A pesquisadora também explora as lacunas no poder do Estado soberano e reterritorializa o espaço para a soberania alimentar, ainda que temporariamente. Para ela, a soberania alimentar pode ser, nesse caso, um processo de desobediência das regras e muitas vezes de forma ilícita, para fornecer alimentos, proteger o capital natural e exercer a tomada de decisões coletivas contra os interesses do capital (TRAUGER, 2014).

Bernstein (2015), “destaca que o Estado sempre foi e será, efetivamente, ‘o elefante na sala’ das aspirações programáticas da soberania alimentar, pois se trata de uma questão pouco problematizada ou explorada para além das demandas por intervenção dos Estados para resolverem as tensões entre desenvolvimento socialmente equitativo e conservação ecologicamente equilibrada” (Bernstein, 2015, p. 318).

Isso demonstra a importância da participação do Estado no processo da efetivação da soberania alimentar, já que não se pode negar sua relevância em alicerçar meios de transformação dos regimes alimentares. Ademais, os membros dos movimentos camponeses necessitam adentrar nas instituições para corroer os meios necessários e, com isso, aplicar as mudanças pertinentes das concepções coletivas da soberania alimentar. Nesse caso, há iniciativas no Estado brasileiro com políticas públicas, como PAA e PNAE, que fortalecem a participação das instituições públicas para enraizar novas práticas alimentares.

Na visão de Trauger (2014), isso só se torna possível se os direitos das comunidades de governar forem garantidos pela constituição. Atuar sobre essa realidade abre oportunidades para a desobediência e também espaços para a criação de alternativas. O Estado é uma construção social viva e mutável que, com esforço e criatividade, pode ser mudada. A entrada do

Estado na política de soberania alimentar não o torna protagonista da construção da soberania alimentar, mas em vez disso, a coloca em terreno contestado com uma série de outros atores. Conforme enfatizado por Migdal (1994, p. 2), “não há como contornar a mutualidade das interações estado-sociedade: as sociedades afetam os estados tanto quanto, ou possivelmente mais do que, os estados afetam as sociedades. Para Schiavoni (2016, p. 22), analisar a construção da,

[...] soberania alimentar através de tais lentes é importante para compreender como o poder político é distribuído, contestado e transformado em relação ao sistema alimentar, e como o sistema alimentar, por sua vez, molda processos sociais mais amplos, como a acumulação de capital, como bem como a formação do estado e vice-versa.

Schiavoni salienta ainda que os desafios e oportunidades percebidos por diferentes atores estatais e sociais os colocam juntos, taticamente ou estrategicamente, em relação a uma reforma particular ou projeto político de mudança em todo o sistema. O surgimento de uma “sinergia estado-sociedade” ou “interação mutuamente reforçada, no entanto, não garante que as mudanças ou reformas de sistema desejadas, como a soberania alimentar, possam ser impulsionadas ou construídas em grande medida, ou o caráter, ritmo e direção pretendidos” (SCHIAVONI, 2016, p. 24). Por isso, urge necessário uma lente interativa que nos auxilie a avaliar a interdependência entre os atores do estado e da sociedade, necessária para qualquer mudança significativa do sistema atual.

Nesse processo da constituição da soberania alimentar, o desafio é equilibrar as diversas correntes de pensamento. Para Edelman *et al.* (2014), a soberania alimentar tende a depender de uma ampla – mas nem sempre ideologicamente coerente – crença no controle democrático da terra (para o surgimento e promoção da agricultura familiar), juntamente com a defesa de sistemas agrícolas que garantam alimentos e sejam ecologicamente sustentáveis. Os autores destacam que há várias interpretações possíveis da soberania alimentar. Uma das correntes predominantes na *La Via Campesina* sustenta-se em produções agroecológicas, porém, outras interpretações giram em torno da agricultura orgânica e/ou agricultura orientada para o comércio justo. Há ainda outras visões que incluem sistemas agrícolas mais industriais, porém, localizados. O grau de tolerância ao pluralismo é uma das maiores e mais desafiadoras questões enfrentadas por profissionais e pesquisadores da soberania alimentar (EDELMAN *et al.*, 2014).

Nesse sentido, o centro da visão da soberania alimentar está no acesso à terra. A redistribuição da terra e ao acesso às sementes geraria uma soberania da terra, possibilitando um sistema alimentar coerente e justo com a proposta. Para Borrás

e Franco (2012), é necessário enfrentar as questões da terra em um contexto global de mudança e repensar o que pode ser necessário para se mobilizar efetivamente em tal ambiente.

Edelman *et al.* (2014) enfatizam que outros aspectos para o acesso à terra (propriedade pública, propriedade individual, comunal, cooperativa e coletiva) têm diferentes méritos em diferentes contextos, e a melhor solução pode ser reconhecer os méritos de diferentes formas de propriedade, permitindo uma flexibilidade. Wittman (2009), por sua vez, enfatiza que os agricultores historicamente resistiram aos esforços de coletivização do uso de cima para baixo em grande escala.

Edelman *et al.* (2014) observam que a soberania alimentar é inerentemente um conceito multidimensional. A única forma de ser soberano alimentar é desenvolver redes de agregação, de processamento, de comercialização e de distribuição que sejam ligadas a outros setores da economia. Conforme observam os autores, os discursos da soberania alimentar, muitas vezes, se concentraram estritamente em alimentos e agricultores. Para Bernstein (2014), os defensores da soberania alimentar não raramente incluem a posição aparentemente desdenhosa em relação a uma ampla gama de perspectivas e políticas relativas à lavoura e à agricultura moderna. O projeto radical da soberania alimentar, na ótica do autor, não pode ser adequadamente concebido, menos ainda viabilizado, enquanto se ignorar ou se negligenciar toda a história agrária do mundo moderno.

Diante disso, repensar a produção de alimentos pode ajudar a construir um sistema alimentar melhor e mais justo; contudo, sustentá-lo e incluir pessoas e setores não diretamente (ou voluntariamente) ligados à terra requer uma luta muito mais ampla e multidimensional por terra, por sementes, por economias rurais, por educação, por representação, por mercados integrados e por conexões globais, regionais e locais (EDELMAN *et al.*, 2014). Ao afirmar que o repovoamento camponês ocorre por meio da agroecologia, Soper (2019) defende que se leva ao essencialismo camponês, algo que não é justo para os milhões de camponeses que não estão (nem querem começar) cultivando alimentos sustentáveis para os mercados locais. Nesse sentido, conforme frisa o autor, a soberania alimentar não oferecerá uma visão sustentável para o futuro se essas atividades e opções não fizerem parte de um quadro mais amplo.

Nessa lógica, Bernstein (2015) tece uma crítica à existência de um “modo camponês”, bem como à crença de que os camponeses podem, através de práticas agrícolas intensivas em trabalho e de baixo consumo de insumos (externos), alimentar a população mundial atual e a projetada. Do mesmo modo, critica ainda uma omissão da soberania alimentar quanto ao fluxo *a jusante*, necessário para fazê-la ir além do seu binário constitutivo, tese e antítese, rumo a uma síntese

que produza um programa “transformador” (BERNSTEIN, 2015, p. 324). O autor também destaca que a omissão é intrínseca, uma vez que a soberania alimentar, para estabelecer sua tese e, especialmente, sua antítese, descarta elementos cruciais da economia política agrária, da economia política do capitalismo de modo mais amplo, e da história moderna: o outro do capital. Isso, entretanto, não sinaliza uma rejeição a tudo o que envolve e sinaliza a defesa da soberania alimentar diante dos impérios alimentares do século XXI, mas uma autocrítica para balizar as suas arestas (BERNSTEIN, 2015, p. 325).

Em síntese, é possível destacar que a soberania alimentar despertou nos agricultores e nos ativistas consumidores uma perspectiva de mudança/resistência contra as mazelas dos projetos do Estado neoliberal. Segundo Edelman *et al.* (2014), apesar de sua ampla moeda política (ou talvez por causa dela), a soberania alimentar é muitas vezes tomada como um conjunto de demandas, sem serem identificadas as profundas mudanças estruturais necessárias na economia capitalista e no Estado liberal para que a soberania alimentar exista de forma viável na sociedade contemporânea complexa, articulada em redes.

A seguir, direcionamos a discussão para como o MST e as organizações de representação dos assentados têm assimilado e se apropriado do conceito/da noção de soberania alimentar.

ASSIMILAÇÃO DO CONCEITO/NOÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR PELO MST

O processo de formação e fundação do MST em meados dos anos 1980 teve uma forte influência do marxismo agrário nos postulados de Kautsky e Lênin, nas questões da organização política e da produção dos assentamentos. O MST compartilhava com a visão de Lênin e Kautsky de que o campesinato no Brasil precisa de uma direção e uma organização, pois não é organizado politicamente e, portanto, é atrasado (LAZZARETTI, 2007). A organicidade dos assentamentos continha como diretriz a formação do cooperativismo com processos de coletivização dos espaços destinados à reforma agrária. O autor supracitado frisa que “a cooperação seria o modo de superar esta consciência de propriedade privada dos camponeses” (LAZZARETTI, 2007, p. 141) e assim alcançar o socialismo.

Segundo Borges (2010), o MST percebia na cooperação a principal saída para o desenvolvimento econômico da produção, e esse preceito desencadearia pleno desenvolvimento econômico das famílias assentadas. O discurso do MST nesse período tinha como base “a ideia é que as cooperativas possam criar condições favoráveis à construção do socialismo” (FABRINI, 2002, p. 85). Nesse percurso, o movimento organizou diversos cursos de formação nas suas bases, com o propósito de formar ideais cooperativistas, baseadas na forte mecanização, na divisão e

especialização do trabalho e na produção em escala, tendo como principal referencial teórico o pensamento de Kautsky (BRENNEISEN, 2002; LAZZARETTI, 2007; BORGES, 2010).

Essa concepção de organização da base credencia os princípios do MST em um discurso produtivista para consolidação e permanência das famílias assentadas. A ênfase está na organização, na especialização do trabalho e no modelo da revolução verde. Diante disso, as famílias assentadas criaram condições de competir e se desenvolver no mercado, lapidando, posteriormente, a consciência revolucionária. Não obstante, esse modelo agroindustrial adotado pelo MST desencadeou vários problemas socioeconômicos para as famílias. Essa correlação direta com as famílias assentadas levou-as a ficarem dependentes dos insumos e defensivos agrícolas, de modo que se tornaram meramente produtores de commodities para o mercado. Outro fator foi a ampliação da dependência das relações mercantis com as produções em relação aos valores auferidos pela produção.

Durante as primeiras décadas, foi esse o modo de organizar as famílias de agricultores sem-terra pelo MST. A base do movimento era alicerçada nesse paradigma produtivista e investiu pesado na preparação e na formação dos seus quadros para disseminar os ideais do projeto. Esse período foi um processo de formação e aprendizado para o próprio movimento, haja vista que vários dos seus projetos eram arquitetados na teoria, mas, na prática, levavam a atos inconscientes e contraditórios dos seus coordenados.

Nesse sentido, conforme observado na labuta do MST, os princípios e as concepções ideológicas propostos pelos pensadores – por exemplo, Karl Marx, Lenin e Kautsky – não progrediram conforme se pretendia e não se confirmaram na prática. Com a decadência dos ideais marxistas agrários, o MST ficou disperso e sem rumo diante das realidades fracassadas dos projetos de assentamentos, que não tiveram eficácia perante os ambiciosos projetos do cooperativismo e da agroindustrialização. Diante dessa realidade, o MST necessitou reformular suas bases teóricas e forjar novos modelos de reforma agrária e de organicidade da sua base para continuar na labuta pela democratização da terra.

Em meados dos anos 1990, o projeto de coletivização entrou em crise e abriu caminhos para novas discussões e propostas, possibilitando novas diretrizes e demandas do MST e orientações políticas. Nesse contexto, o debate sobre a agroecologia e a soberania alimentar começou a ser intensificado, mesmo não estando muito claro entre a militância. Era algo novo e desafiador para as bases do MST (BARCELLOS, 2010). Isso fica explícito na Proposta de Reforma Agrária do MST de 1995, quando surgiram as primeiras indagações e críticas o modelo adotado na agricultura, visto então como predatório aos recursos naturais e prejudicial à

saúde (MST, 2005).

Como observado na proposta, emergiram novos valores até então não preconizados pelo MST, tais como a reformulação dos métodos organizativos dos assentamentos e, como diferencial, a preocupação com a questão ambiental e uma nova concepção de produção. Para Picolotto e Piccin (2008), os ventos da mudança foram impelidos por três fatores que modificaram a organização interna do próprio MST: (i) o fortalecimento do modelo agrícola agroexportador, que foi beneficiado com a reforma neoliberal do Estado brasileiro; (ii) o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) em 1999; e (iii) a formação da Via Campesina Internacional. Para os autores, os dois primeiros fatores dificultaram as estratégias produtivas desenvolvidas pelo movimento, desencadeando um fracasso para a reforma agrária. O terceiro fator foi decisivo, pois colocou as militâncias nacionais e regionais em contato com outras organizações internacionais que já preconizavam novos olhares e perspectivas de desenvolvimento produtivo com bases na produção agroecológica.

A reorganização dos métodos e dos princípios do MST foi realizada diante de uma nova realidade queurgia no início do novo milênio. No IV Congresso Nacional, em 2000, em Brasília, foram debatidos e problematizados os novos horizontes para o fortalecimento dos assentamentos e para os futuros passos que o MST daria para reverter a lógica que estagnava a pobreza e o endividamento da maioria das famílias assentadas. Essa mudança de paradigma rendeu ao MST oxigênio para pleitear novos horizontes para reforma agrária e estabelecer novos objetivos para os agricultores acampados e assentados.

Essa demanda de uma nova concepção era necessária, não apenas para reorganizar os acampamentos e assentamentos e para incumbir os ideias e objetivos na militância, incorporando valores e práticas além das estabelecidas pelas dimensões ligadas ao trabalho e à produção, mas também para ampliar as dimensões da vida, da saúde, da alimentação saudável, da proteção ambiental, do aspecto cultural, enfim, dos povos do campo. Essas questões intensificaram o conteúdo do discurso do MST rumo à sustentabilidade e à diversidade étnica e social.

Essa guinada de concepção de projeto político do MST possibilitou a inclusão da Agroecologia como suporte de enfrentamento de um modelo de desenvolvimento dos assentamentos a partir de 2000. Nesse sentido, o IV Congresso do MST foi um divisor de águas nas interpretações da realidade agrária brasileira, apresentando-se um novo paradigma de produção que emergia das práticas de produção agroecológicas. A partir desse divisor, o movimento rompeu com os equívocos do passado e reorganizou novos parâmetros de luta e organicidade para alicerçar uma nova concepção de reforma agrária soberana e popular.

Dessa forma, a produção agroecológica passou a ser o modelo produtivo a ser debatido e alicerçado nos novos assentamentos, constituindo um novo modo de vida das famílias assentadas e acampadas nos espaços das terras conquistadas pelas duras batalhas contra os latifúndios e o agronegócio. A ênfase passava a ser na destinação da produção voltada estritamente para a soberania alimentar das famílias assentadas e acampadas, para garantir alimentação saudável de qualidade e cultivando a fartura. Nessa correlação, mudaram-se completamente as concepções das técnicas e dos manejos nas práticas agrícolas, sendo priorizadas aquelas que evitam o uso de insumos externos ao lote, bem como o uso de agroquímicos com adubos e venenos (MST, 2000).

Portanto, a Agroecologia emergiu como uma nova bandeira de luta e ficou explícita no IV Congresso Nacional do MST. O movimento percebeu que haveria necessidade de construir um contraponto ao modelo vigente de agricultura excludente que vigorava no Estado brasileiro. Essa capacidade de reflexão forjou ao MST a possibilidade de se reinventar e oxigenar a luta pela reforma agrária.

Todavia, a Agroecologia entra no programa político do MST, como destacam autores como Costa Neto e Canavesi (2003), Delgado (2008) e Karriem (2009), tendo em vista que, além de ser uma prática agrícola que agride menos o meio ambiente, adentra em uma correlação de embate com as políticas agrícolas geridas pelo Estado brasileiro, voltadas à produção de *commodities* em larga escala para exportação e extremamente dependente dos complexos agroindustriais. Assim sendo, a agroecologia torna-se uma ferramenta do MST para estruturar um projeto de reforma agrária soberano e popular. O escopo era construir novos parâmetros de agricultura com vistas à produção de alimentos, para se ativar a soberania alimentar das famílias assentadas e, conseqüentemente, para a sociedade como um todo.

Nesse processo de internalizar a agroecologia nos assentamentos, várias ações foram construídas por meio do método do centralismo democrático⁴. Ressaltamos, porém, que essas ações não foram realizadas com a mesma intensidade por todo o território nacional, e diferenças em âmbito estadual são facilmente verificáveis (BORSATTO; CARMO, 2013). Diante disso, o MST investiu na formação dos militantes e de técnicos profissionais na área da agroecologia para fazer

⁴Devemos dizer que um quadro é um indivíduo que alcançou o suficiente desenvolvimento político para poder interpretar as grandes diretrizes emanadas do poder central, tomá-las para si e transmiti-las como orientação à massa, percebendo, além disso, as manifestações que esta faça de seus desejos e suas motivações mais íntimas. É um indivíduo de disciplina ideológica e administrativa que conhece e pratica o centralismo democrático e sabe valorizar as contradições existentes no método para aproveitar ao máximo suas múltiplas facetas; que na produção sabe praticar o princípio da discussão coletiva e decisão e responsabilidades únicas; cuja fidelidade está provada e cujo valor físico e moral foi evoluindo ao compasso de seu desenvolvimento ideológico, de tal maneira que está sempre disposto a enfrentar qualquer debate e a responder com sua vida pelo bom andamento da revolução. É um indivíduo com capacidade de análise própria, o que lhe permite tomar as decisões necessárias e praticar a iniciativa criadora de modo que não se choque com a disciplina (MST, 2005, p. 9 *apud* LAZZARETTI, 2007, p. 139).

o diálogo com os agricultores. Segundo Silva, Balestrin e Brandenburg (2018), o incentivo ao estudo da ecologia e da agroecologia foram introduzidos graças ao desenvolvimento de convênios com universidades e sistemas de ensino que têm expandido por todo o Brasil a formação técnica e universitária em agroecologia.

O conceito de soberania alimentar adentra no vocabulário político do MST a partir da realização do V Congresso Nacional, realizado no ano de 2007, com o lema “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular”.

O conceito de soberania alimentar, principal bandeira de luta da La Via Campesina, passa também a ser uma das principais bandeiras de luta do Movimento (MST, 2007). Em 2014, o MST realizou seu 6º Congresso Nacional, em Brasília, com o tema “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”, reforçando a importância e a abrangência da Agroecologia nos assentamentos como alternativa para romper com os gargalos do agronegócio brasileiro.

Entre os anos de 2000 a 2019, ocorreram as Jornadas de Agroecologia, organizadas no Estado do Paraná. Tais encontros representavam um avanço na luta contra o modelo hegemônico de agricultura. Silva, Balestrin e Brandenburg (2018) salientam que as jornadas de agroecologia, como estratégias de construção de um projeto ecológico, tratavam de temas definidos em função de interesses locais, crises e situação da atual conjuntura. As Jornadas surgiram em contraposição direta ao agronegócio, forma econômica e política do capital dominar e explorar a agricultura (TARDIN *et al.*, 2019). Em todas as edições da Jornada organizadas pelo MST, a inclusão da soberania alimentar estava presente, afirmando a importância para o movimento de se efetivar como referencial de lutas para os próximos anos.

Em sua *Proposta de Reforma Agrária Popular*, todas as demandas e esforços relativos à questão da produção, realizados pelo MST, giram em torno da agroecologia (MST, 2009). Silva, Balestrin e Brandenburg (2018) ressaltam que, apesar do projeto agroecológico não estar presente em todos os acampamentos e assentamentos de reforma agrária, ele certamente tem se constituído como um importante processo de transição para esse sistema. Para Borsatto e Carmo (2013), isso demonstra que a defesa da agroecologia dentro do MST está em uma curva ascendente, em contraponto ao discurso produtivista/coletivista de fomento de grandes unidades de exploração agrícola especializadas, antes vigente. A reconstrução teórica progressiva presume que, apesar das anomalias, permanece um “núcleo” sobre o qual construir (LEVIEN; WATTS; HAIRONG, 2018).

O discurso agroecológico no MST, desse modo, vem sempre fortemente vinculado a duas outras temáticas afins, a da soberania alimentar e a da luta contra o agronegócio, o que, por sua vez, aproxima o movimento cada vez mais das demandas de seus protagonistas, isto é, dos agricultores. Nesse sentido, para o MST, na condição de organização, o agricultor deixa de ser um mero objeto em uma massa

revolucionária e passa a ser um sujeito criando a sua própria existência (BORSATTO; CARMO, 2013).

Diante dos desafios de se propor um novo modelo de assentamentos vinculados a uma perspectiva da soberania alimentar nos princípios agroecológicos, o MST, desde o V Congresso Nacional, passados 20 anos, obteve pouca adesão das famílias assentadas em produzir métodos agroecológicos. Conforme Souza (2017) argumenta, torna-se um desafio ao MST interpor novos métodos e práticas agrícolas diante do aparato do agronegócio. A proposta da soberania alimentar, nessa perspectiva, ainda será tema de muitos debates e estudos para os militantes do MST e da sociedade civil. Parafraseando Souza (2018), os sistemas de produção agroecológicos são ainda exíguos nos assentamentos de reforma agrária do MST, mas são uma esperança de uma agricultura mais justa, igualitária e saudável para as futuras gerações.

Na próxima seção, problematizamos como os agricultores assentados da reforma agrária ligados ao MST se apropriam e entendem/praticam o conceito/a noção de soberania alimentar na labuta cotidiana de sua Unidade de Produção Familiar (UDP).

SOBERANIA ALIMENTAR: ASSIMILAÇÃO DO DISCURSO E OU SIGNIFICADO PELOS AGRICULTORES ASSENTADOS

Para compreender o discurso do MST e a sua assimilação à soberania alimentar dos assentados/agricultores, além do aporte documental apresentado na seção anterior, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 10 assentadas(os) da região Oeste do Paraná, e, assim, captar o processo de interiorização do conceito de soberania alimentar pelas famílias assentadas. Para Silva, Balestrin e Brandenburg (2018), o MST tem incentivado práticas que visam à preservação ambiental e ao direito à soberania alimentar. Dessa forma, emerge no movimento a proposta da agricultura agroecológica.

Diante disso, vale ressaltar que, entre os 10 agricultores e agricultoras assentados, nenhum faz parte ou tem função na coordenação do MST. Assim, as percepções dos conceitos giram em torno do trabalho, permitindo que se apreenda como a base do movimento compreende e pratica aquilo preconizado pelos líderes e militantes do MST no exercício. Metodologicamente, organizamos as entrevistas em duas etapas: (i) buscamos compreender o que os assentados entendem por soberania alimentar; (ii) sondamos como eles exercem e/ou praticam a soberania alimentar nas unidades de produção familiar.

Com base nas entrevistas, pudemos constatar que o conceito de soberania alimentar dos assentados se aproxima das ideais preconizadas pelo MST. Nas

falas seguintes, destacamos alguns elementos pertinentes. Para o assentado MG, soberania alimentar:

Quer dizer que eu não dependo de outros para eu sobreviver, eu dependo simplesmente da minha alimentação para eu sobreviver. Não sei se eu estou certo. O que eu penso seria mais ou menos isso. Eu não sendo soberano, eu não sendo dono daquilo, que eu dependo dos outros, que eu vou comprar tudo no mercado, aí eu não sou soberano. A soberania alimentar é que seja produzido por mim mesmo, eu produzo aquilo que eu quero e com qualidade. (Assentado MG)

Na fala do assentado, destaca-se a importância de ter o controle da produção de alimentos e, acima de tudo, serem produzidos por ele mesmo. Ele salienta que ser soberano é não depender de mercados externos para sobreviver. Isso corrobora a visão do MST (2010), que frisa que a soberania alimentar é o direito de alimentar-se e decidir sobre que tipo de alimentação queremos consumir.

O assentado LE compreende que a soberania alimentar é uma dinâmica mais ampla, conforme explica:

Soberania alimentar seria um local ou, no caso, um município, um estado ou um país que, minimamente, tenha alimentação suficiente para bancar, para manter uma estrutura funcionando, não é? de dentro do país, ou dessa localidade, consiga produzir o que precise por comida. Entendo que isso seria a soberania. (Assentado LE)

Para o assentado LE, o conceito de soberania alimentar é amplo, mas é possível identificar que ele o compreende no sentido de um território ter autonomia e condições para uma alimentação suficiente para a sua comunidade. Diferente do assentado MG, LE não destacou a produção na unidade de produção familiar. Isso começa comprovar a discussão dos tópicos anteriores sobre a polissemia do conceito.

O assentado D1, por sua vez, destaca o processo de formação do MST, que contribuiu para ter uma capacidade de autossustento:

Nossa formação praticamente, foi aquele processo de auto abastecimento, primeiro para comer e o que sobrar, vender. Mas primeiro sustentar a si próprio, seja o lote, seja a família. E a soberania alimentar é você ser dono do seu próprio alimento, ser soberano sobre a sua alimentação. É isso, mais ou menos? (Assentado D1)

A compreensão do significado vai ao encontro daquilo que é discutido com as militâncias do MST, em pensar a produção de alimentos para, primeiramente, satisfazer o núcleo familiar e, somente depois, vender. Isso garante uma autonomia das famílias. Para o MST (2010), isso possibilita reorganizar a produção de alimentos saudáveis para o sustento da família e da comunidade, não mais comprando produtos danosos à saúde nos supermercados, e ainda organizar a comercialização dos excedentes da produção de forma direta com os consumidores (MST, 2010). Na fala seguinte, os assentados ressaltam a importância de produzir alimentos para não ir ao mercado:

Produzir suas coisas, produzir para o povo, para não precisar ir nos mercados apanhar coisas químicas, industrializadas. Eu vejo nesse rumo. Você produzir o máximo de alimento possível, você mesmo no sítio, e a sobra não estar vendendo para indústrias maiores. Está vendendo diretamente para o consumidor. (Assentado Cle)

Soberania alimentar é o que a gente produz, tem fartura e consegue, às vezes, expandir para os comércios, para os colégios. (Assentado C2)

A compreensão do conceito para os assentados Cle e C2 é de que a prioridade da produção da sua unidade familiar é de produzir seus próprios alimentos. Destacaram ainda a importância do conceito ao se referirem à possibilidade de vender diretamente para o consumidor e para os comércios locais. De acordo com Silva, Balestrin e Brandenburg (2018), como projeto em construção, vislumbra-se que as famílias assentadas e acampadas desfrutam condições dignas de sobrevivência, retirem da terra o seu sustento, produzam alimentos saudáveis, preservem a natureza, sem perder de vista toda a sabedoria acumulada da ancestralidade.

Continuando com as entrevistas, o assentado AP destaca que a soberania alimentar é um sustento para ele e para o povo da cidade:

Soberania alimentar é um sustento para nós e para o povo da cidade. Se não somos nós, pequenos agricultores, a cidade padece, porque os grandes fazendeiros não deixam nada aqui no Brasil. É só exportação. Nós, pequenos agricultores familiares, sustentamos o povo da cidade. (Assentado, AP)

Nessa compreensão, o assentado AP salienta que a soberania é um suporte para agricultura familiar, pois são eles que produzem alimentos, e não as grandes fazendas. Isso demonstra a importância da compreensão do conceito e sua aplicabilidade política da noção da soberania alimentar. No entanto, conforme frisaram outros assentados, não incluíram em suas falas a produção de alimentos vinculada

à agroecologia, o que se distancia das diretrizes do MST, que salienta a importância desta para fortalecer a soberania das famílias agricultoras assentadas, em que se busca priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livre de agrotóxicos e de sementes transgênicas (MST, 2010). Diante disso, os assentados AM e S2 destacam que a soberania alimentar:

É garantir uma alimentação adequada, um direito nosso de plantar o que nós bem entendermos e produzir e vender para quem nós quisermos a nossa produção, em um preço melhor e uma condição adequada. (Assentado AM)
Eu acho que a gente tem que ter o alimento no próprio lote. Foi para isso que nós conquistamos a terra, não é? Então eu acho que cada um tem que plantar, cada um tem que colher e ter o seu próprio alimento da terra. (Assentado S2)

O MST (2010), em seu programa agrário, sintetiza uma estratégia de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio, propondo um processo de acúmulo de forças, cujo objetivo é a construção de um novo modelo de agricultura voltado à necessidade do povo brasileiro. Nessa correlação, demonstra-se que os assentados estão ancorados na perspectiva dessa mudança, e a soberania alimentar adentra como princípio que norteia a importância de uma agricultura voltada a uma alimentação que atenda às necessidades das suas famílias, mas o mercado vem em segundo plano.

Nesse sentido, o assentado AS destaca que:

Na verdade, falando na língua nossa, o português, vem a ser uma produção de sustentabilidade, não é? Porque o que o movimento discute muito é você ter o seu próprio alimento, você produzir só o (excerto) para você não estar dependendo de terceiros para produzir uma alimentação saudável para a família. (Assentado AS)

Nessa perspectiva, os assentados estão interiorizando e entendendo a importância do conceito da soberania alimentar. Todos os respondentes enfatizaram a necessidade de se produzir seu próprio alimento e, assim, não depender de mercados para comprar o básico para a sua alimentação. Notamos que a noção teórica foi incorporada no discurso das famílias, porém, quando analisamos as práticas exercidas nas unidades de produção familiar, percebemos um distanciamento entre os discursos dos respondentes e o que é proposto pelo MST. Isso fica evidente nas palavras do assentado L1, que enfatiza a dificuldade encontrada em trabalhar o conceito de soberania alimentar:

É sempre um pouco mais difícil você trabalhar com todos os tipos de plantas ou animais, visto que você precisa ter uma atividade econômica onde, hoje, baseado no agronegócio, para você conseguir vender a sua produção, geralmente gira muito em torno de cinco ou seis tipos de produção. Então você acaba pendendo para produzir mais o tipo das linhas do agronegócio. Então fica mais prático, vendo uma coisa e compro a outra, por exemplo, então isso é uma coisa que dificulta, não é? (Assentado L1)

Para o agricultor assentado, a dinâmica da agricultura dificulta produzir de maneira diversificada na unidade de produção. Para ele, é conveniente produzir uma mercadoria para comprar outra. Nesse viés, destaca que há necessidade de uma atividade econômica, que é vinculada à agricultura de monocultura. Essa resistência às mudanças por parte dos agricultores assentados também foi analisada por Barcelos (2010) e por Souza (2017) em seus estudos sobre os assentamentos. O argumento do assentado L1 vai ao encontro do que disse o assentado D1:

Em parte. Hoje não estou praticando 100%, mas acredito que uma boa parte, uma boa parte eu estou praticando. Vamos supor que seja uns 40%, eu acho. Disso não passa, realmente. (Assentado D1)

Os discursos de ambos se inter-relacionam. D1 afirma exercer as práticas da soberania alimentar em 40% de sua UDP, mas o restante, segundo ele, está vinculado à produção de *commodities*. Como observado, há certa resistência em se produzir a partir das bases agroecológicas, que são os preceitos da soberania alimentar. Isso pode ser explicado utilizando os conceitos de *habitus* e poder simbólico, de Bourdieu (1989), pois o modelo da modernização da agricultura constituído pela revolução verde condiciona e “impõe” decisões aos agricultores assentados. Ou seja, o poder simbólico é um poder oculto do agronegócio que forja um determinado *habitus aos assentados*, condicionando o seu modo de pensar e de agir; trata-se de um poder que os assentados não sabem ou não se apercebem que estão sendo dominados, o que tem impedido as mudanças nos sistemas de produção. Isso se evidenciou nas palavras dos assentados expostas anteriormente.

Diante disso, constatamos que há uma contradição entre o discurso que é transmitido pelo MST daquele praticado pelos assentados. Interiorizam o discurso, mas não o praticam. É o que observamos na fala do Assentado MG. Quando indagado sobre como exercia a soberania alimentar, relatou uma realidade que os demais respondentes ocultaram durante a pesquisa:

Ninguém está vendo essa soberania alimentar aqui. A maioria está trabalhando fora e estão comprando alimento fora e produzindo com veneno. Mas aqui, do que eu conheço aqui dentro, um pouco é a questão financeira, que todo mundo se endividou e se perdeu na gauchada, como diz o gaúcho, se perdeu na gauchada e chegou no fundo do poço que hoje não consegue mais se manter por um monte de fatores [...] o povo ficou sem o planejamento do lote e chegou nessa situação de não conseguir sair mais das dívidas. Teve que trabalhar de empregado ou arrendar o lote, arrendar ou fazer parceria, que seja, para poder sair dessa situação. Para nós chegarmos a uma conclusão, é preciso meio dia, um dia de conversa. (Assentado MG)

Os assentados, durante o tempo de labuta e desafios enfrentados nas duras batalhas nos acampamentos até serem assentados, interiorizaram o discurso da soberania alimentar e da agroecologia. Nessa ótica, as ações dos movimentos sociais se orientam por uma apropriação, por parte de seus integrantes, das suas formas de agir, de pensar e de desejar (MELUCCI, 2001). Isso demonstra uma vontade introjetada no assentado, porém, no seu cotidiano, não exerce os elementos norteadores da soberania alimentar, conforme os ideias da *La Via Campesina* e do MST. Diante disso, a fala do assentado MG, embora indagado sobre sua situação específica, expressou a realidade do assentamento como um todo, demonstrando que as famílias estão arrendando as suas unidades de produção familiar porque não conseguem produzir; por isso, saem para trabalhar fora do assentamento, na Cooperativa Agroindustrial Lar, a fim de obterem o sustento para as famílias.

Em nenhum momento, os assentados entrevistados falaram em produção agroecológica, que é a bandeira hasteada da soberania alimentar. Falaram poucas vezes em produção sustentável, mas sem dar ênfase em como seria essa produção. Scopinho (2007) destaca que, mesmo atribuindo sentidos contraditórios, os assentados procuram equacionar a diversidade de interesses e de experiências existentes e, ao mesmo tempo, atender às exigências para legalizar os assentamentos, tornando-os espaços sociais de enraizamento e de pertença, até por falta de alternativas, diante das realidades das comunidades.

Com essas observações nos discursos dos assentados, pudemos constatar que o MST tem construído esforços para concretizar o discurso da soberania alimentar/agroecologia, perante a sua base, mas está longe de ser uma realidade. Apesar disso, os assentados demonstraram a força que o MST tem de influenciar o discurso de sua base, mas pouco transforma a realidade e as decisões dos agricultores diante da agricultura do agronegócio. Essas problemáticas serão tema de outras pesquisas, no intuito de sanar as dicotomias existentes nos assentamentos de reforma agrária. Há muito a se pesquisar nesses espaços plurais acerca dos modos de vida existentes

nos assentamentos, considerados laboratórios diante das novas ruralidades emergentes do século XXI. Segundo Souza (2021) e Souza e Lazzaretti (2020), devemos pensar em novas práticas alimentares para reverter a atual conjectura do sistema agroalimentar que visa ao lucro e ao controle das cadeias produtivas. A atual forma de produzir alimentos está envenenando o solo, a biodiversidade os agricultores e os consumidores. A conscientização ambiental e a construção de uma nova relação entre o homem e a natureza se fazem necessárias para construir uma nova perspectiva social para futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS AINDA ABERTAS

A concretização do conceito de soberania alimentar nos anos 1990 foi um avanço para os movimentos sociais do campo, e principalmente para o MST. Exigiu-se da organização uma reformulação de seus métodos teóricos e práticos, a fim de se construir uma via diferente do atual modelo de agricultura apresentada pelos gestores do padrão convencional. Essa mudança rompeu com o paradigma produtivista, e o MST forjou novos valores e princípios para luta da reforma agrária.

A consolidação da *La Via Campesina* como movimento internacional, que representa os movimentos sociais do campo, consolidou-se como um avanço nas lutas contra os desmontes do Estado perante as políticas neoliberais. Essa bandeira se fortificou com a construção do conceito da soberania alimentar, em oposição ao modelo hegemônico dos impérios agroalimentares. Não obstante, há diversas críticas na condução e na consolidação das práticas a serem exercidas pelos agricultores. Notamos que essas questões são ocultadas pelos representantes da *La Via Campesina*, levando a imbróglis ideológicos sem efetividade nas práticas de produção de alimentos.

O MST tem se revelado um expoente no debate em torno da defesa da soberania alimentar nos assentamentos, com destaque aos seus discursos sobre a reorganização das práticas produtivas vinculadas à produção agroecológica. A ênfase na soberania alimentar vinculada à agroecologia não constitui uma das pautas prioritárias do MST, mas é uma das mais importantes.

A soberania alimentar é um elemento pujante da agroecologia, e, como destacado ao longo deste texto, já está sendo incorporada no discurso do MST, a partir de documentos e princípios que regem as pautas dos novos assentamentos do movimento desde meados dos anos 2000. Entretanto, a realidade das famílias assentadas indica que os discursos não se efetivaram na prática.

Os assentados respondentes demonstram conhecer os princípios básicos da soberania alimentar, mas há pouca capacidade para transformar os discursos em práticas efetivas, como a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos. As

famílias incorporaram o discurso do movimento, mas são raros os feitos para torná-lo uma realidade. Essas práticas tornam-se insuficientes para retransformar os *habitus* dos agricultores assentados em uma prática sustentável e revolucionária.

Diante da realidade, não cabe somente o movimento fazer a mudança nos hábitos dos assentados. Isso demanda um conjunto de fatores que ultrapassa as fronteiras de um movimento social do campo. Cabe ao Estado dar o suporte adequado para que o programa de produção agroecológica se torne eficaz, efetivando a noção de soberania alimentar. O que cabe ao MST é fazer seu papel de pressionar as instituições do Estado para estruturar políticas públicas de créditos adequados, visando fortalecer a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), para reconstruir caminhos, forjar novos mercados e formatar a comercialização.

De tal modo, a questão central em relação aos mercados deveria buscar problematizar a seguinte pergunta: produzir o *quê* e para *quem*? Neste ponto, está o fato de que todos os agricultores, de alguma forma, produzem excedentes e vendem; todavia, apenas uma parte – em geral os pequenos agricultores que não estão nas cadeias globais – produz e vende em canais de mercados mais locais e outros para mercados globais. Então, a questão deixa de ser produzir para vender e passa a ser produzir para *quem*. Portanto, não há contradição entre produção para a venda ou para os mercados e soberania alimentar. Deste modo, a soberania alimentar não nega os mercados, mas antes promove a formulação de políticas e práticas comerciais que atendem aos direitos dos agricultores a uma produção segura, saudável e ecologicamente sustentável.

Assim sendo, o que expusemos neste texto reforçou a dicotomia existente nos assentamentos entre a teoria e a prática. Avaliamos que, muitas vezes, fomenta-se a responsabilidade em se produzir a partir de modos alternativos e “agroecológicos”, mas sem conhecer a real condição dos sujeitos que estão na dura realidade da reforma agrária. Os agricultores assentados são guerreiros que estão na luta entre o ideal e o concreto dos projetos de reforma agrária do Estado brasileiro, sobrevivendo com as poucas possibilidades existentes do meio rural para os pequenos agricultores.

Outrossim, para os assentados, o termo soberania alimentar, muitas vezes, não passa diretamente pela produção agroecológica, mas em produzir alimentos para o sustento de suas famílias. Isso se torna esclarecedor, já que nos permite verificar os pontos falhos do projeto da *La Via Campesina*, em que a soberania alimentar emerge de um único vetor. Os próprios assentados, ao tentarem explicar o conceito/a noção de soberania alimentar, foram sucintos e, não raro, vagos, enfatizando a necessidade de novas articulações entre Estado, movimentos sociais do campo e arcabouços teóricos, a fim de se repensar o termo, não o tornando algo pesado no sentido de uma imposição aos agricultores.

Destarte, o processo histórico foi produtivo para o MST, pois acarretou uma mudança drástica do seu discurso produtivista para dimensões sustentáveis baseadas em produções agroecológicas. Há uma enorme luta de enfrentamentos entre a agricultura hegemônica e a construção de um projeto agroecológico visando à soberania alimentar das famílias de agricultores assentadas. Caberá aos sujeitos do campo refazer o curso da história de uma nova percepção de agricultura, estruturada com princípios de preservação do meio ambiente e de diversas formas e modos de vida existentes no planeta. Portanto, democratizar a terra é um caminho plausível para se iniciar essa caminhada para as próximas gerações. Nesse sentido, há necessidade de se reconstruir um projeto de reforma agrária para reformular novos regimes alimentares, democratizando os alimentos e a terra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. B. M. **A dinâmica eco-geopolítica da fome e as relações de poder na governança global da segurança alimentar: A soberania alimentar como resistência.** 2019. 305f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ALONSO-FRADEJAS, A. *et al.* Food sovereignty: convergence and contradictions, conditions and challenges, **Third World Quarterly**, n. 36, v. 3, p. 431-48, 2015. DOI: [10.1080 / 01436597.2015.1023567](https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1023567).

AQUINO, J. F.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 56, n. 1 p. 123-42, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>>. ISSN 1806-9479.

BARCELLOS, S. B. **A formação do discurso da agroecologia no MST.** 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

BERNSTEIN, Henry. Soberania alimentar: uma perspectiva cética. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 39, pág. 276-336, agosto de 2015.

BERNSTEIN, H. Unpacking ‘authoritarian populism’ and rural politics: some comments on ERPI. **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, p. 1526-42, 2020.

BORGES, J. L. **MST: do produtivismo à agroecologia**. São Paulo: Terceira Margem/Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010.

BORRAS JR., S. M.; FRANCO, J. C. Global land grabbing and trajectories of Agrarian change: A preliminary analysis. **Journal of Agrarian Change**, Oxford, v. 12, n. 1, p. 34-59, 2012.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. O MST e a Edificação de uma Proposta de Reforma Agrária Baseada em Princípios Agroecológicos. **Retratos de Assentamentos**, v. 16, n. 2, p. 221-43, 2013.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRENNEISEN, E.C. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

BURNETT, K.; MURPHY, S. What place for international trade in food sovereignty? **Journal of Peasant Studies**, n. 41, n. 6, p. 1065-84, 2014.

CLAEYS, P.; DUNCAN, J. Food sovereignty and convergence spaces. **Political Geography**, n.75, ed. 102045, 2019.

COSTA NETO, C.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? *In*: ALIMONDA, H. **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: Clacso, 2003, p. 203-15.

DELGADO, A. Opening Up for Participation in Agro-Biodiversity Conservation: The Expert-Lay Interplay in a Brazilian Social Movement. **J Agric Environ Ethics**, v. 21, n. 559, 2008.

DESMARAIS, A. A. **La Vía Campesina: Globalization and the power of peasants**. Halifax: Fernwood, 2007.

DESMARAIS, A. A. Food sovereignty: Some initial thoughts and questions for research. *In*: SCHANBACHER, W. D. (ed.). **The global Food System: Issues and Solutions**. Santa Barbara: Praeger, 2014, p. 359-79.

DESMARAIS, A. A. The gift of food sovereignty. **Canadian Food Studies / La Revue Canadienne Des études Sur L'alimentation**, v. 2, n. 2, p. 154-63, 2015. Disponível em: <https://canadianfoodstudies.uwaterloo.ca/index.php/cfs/article/view/115>. Acesso em: 15 dez. 2020.

EDELMAN, M. *et al.* Introduction: critical perspectives on food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, n. 41, v. 6, p. 911-31, 2014.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem terra**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

FABRINI, J. E. Os movimentos camponeses e a soberania alimentar nacional. **GEOgraphia**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 54-69, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13786/8986>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. Declaração de Nyéléni. Nyéléni, 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/DOWNLOADS/NyeleniEN.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FURTADO, C. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GALINDO, E. *et al.* Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**, Berlim, n. 4, 2021.

HONNETH, A. Redistribution as Recognition: a response to Nancy Fraser. In: FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or Recognition: a politicalphilosophical exchange**. London/New York: Verso, 2003.

HOYOS, C. J.; D'AGOSTINI, A. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 20, n. 35, p. 174-98, 2017.

KARRIEM, A. The Rise and Transformation of the Brazilian Landless Movement into a Counter-Hegemonic Political Actor: A Gramscian Analysis. **Geoforum**, v. 40, p. 316-25.

LA VIA CAMPESINA. **Tlaxcala**: Declaração da Via Campesina. TlaxcalaVia Campesina, 1996. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/who-are-we-our-conferences/2-tlaxcala-1996/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

LAZZARETTI, A. M. Lênin, o campesinato e o MST. **Tempo da Ciência**, v. 14, n. 28, p. 131-142, 2007. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/viewFile/1691/1375>. Acesso em: 15 dez. 2020.

LEITE, D. P.; BRUNO, R. (Orgs). **O Rural Brasileiro na Perspectiva do Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

LEVIEN, M.; WATTS, M.; HAIRONG, Y. H. Agrarian Marxism, **The Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 5-6, p. 853-83, 2018.

MALUF, R. S.; BURLANDY, L.; ALEXANDRE, V.P. Pesquisas em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: enfoques e conexões com as políticas públicas. In: PREISS, P.; SCHNEIDER, S.; SOUZA, G. C. (Orgs.). **A Contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. Porto Alegre: Ediora da UFRGS, 2020, v. 1, p. 137-54.

MCMICHAEL, P. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-69, 2009.

MCMICHAEL, P. A comment on Henry Bernstein's way with peasants, and food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 1, p. 193-204, 2014.

MCMICHAEL, P. Commentary: Food regime for thought. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 3, p. 648-670, 2016. DOI: [10.1080/03066150.2016.1143816](https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1143816).

MELUCCI, A. **A invenção do presente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MIGDAL, J. O estado na sociedade: uma abordagem para as lutas pela dominação. In: MIGDAL, J.; KOHLI, A.; SHUE, V. (Eds.). **State Power and Social Forces**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 7-36.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Reforma agrária**: por um Brasil sem latifúndio. São Paulo: MST, 2000.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Reforma Agrária do MST –

1995. In: STÉDILE, J.P. (org.) **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 187-210.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Carta do 5º Congresso nacional do MST. MST, 2007. **Repórter Brasil**, 18 de junho de 2007. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2007/06/carta-do-5-congresso-nacional-do-mst/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira. MST, 20 de maio de 2009. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/05/20/nossa-proposta-de-reforma-agraria-popular/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de Educação: agroecologia, soberania alimentar e cooperação**. São Paulo: MST, 2010.

PICOLOTTO, E.; PICCIN, M. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Extensão Rural**, n.16, p. 5-36, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5500>. Acesso em: 16 jan. 2021.

PLOEG, J. D. van. Peasant-driven agricultural growth and food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 999-1030, 2014.

ROMAN-ALCALÁ, A. Broadening the Land Question in Food Sovereignty to Northern Settings: A Case of Occupy the Farm. **Globalizations**, v. 12, n. 4, p. 545-58, 2015.

SCHIAVONI, C. M. The contested terrain of food sovereignty construction: toward a historical, relational and interactive approach. **The Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 1, p. 1-32, 2017.

SILVA, S. A. da; BALESTRIN, N. L.; BRANDENBURG, A. A agroecologia como um projeto em construção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 13, n. 24, p. 85-98, jan./jun. 2018.

SOPER, R. Da proteção dos meios de subsistência dos camponeses à essencialização da agricultura camponesa: tendências problemáticas no discurso da soberania alimentar. **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, p. 265-85, 2019.

SOUZA, A. L. **Experiências agroecológicas na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária do MST: entre o ideal e o concreto: estudo de caso do Assentamento Ander Rodolfo Henrique - Diamante d' Oeste Paraná**. 2017. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.

SOUZA, A. L. A construção das bases agroecológicas em assentamento de reforma agrária do MST: o desafio entre o ideal e o concreto. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 13, n. 24, p. 69-83, jan./jun. 2018.

SOUZA, A. L. RESENHA: NOVAS PRÁTICAS ALIMENTARES NO MERCADO GLOBAL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, São Paulo, Ciências e Educação, 7(6), 788-93, 2021.

SOUZA, A. L.; LAZZARETTI, M. A. A falácia do Mercado Autorregulado: Institucionalização de liberdade e a comodificação da natureza em Karl Polanyi. **Brazilian Applied Science Review**, São José dos Pinhais, v. 4, n. 6, 2020.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. **EcoDebate**, 25 de março de 2011. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

TARDIN, J. M. *et al.* **Jornada de Agroecologia: 18 anos de construção e luta**. In: CARTILHADA JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ. 18ª Jornada da Agroecologia do Paraná, 29 de agosto a 01 de setembro de 2019, Curitiba, p. 5-16. Disponível em: <https://jornadadeagroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Cartilha-Jornada-2019-web.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

TRAUGER, A. Toward a political geography of food sovereignty: transforming territory, exchange and power in the liberal sovereign state, **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 1131-52, 2014.

WITTMAN, H. Interview: Paul Nicholson, La Via Campesina. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 3, p. 676-82, 2009.

XAVIER, L. P. *et al.* Soberania alimentar: proposta da via campestina para o sistema agroalimentar. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 4, n. 7, Edição Especial, p. 4454-66, 2018.

YE, J. *et al.* The incursions of extractivism: moving from dispersed places to global capitalism. **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 1, p. 155-83, 2020.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Vol. 2: Fundamentos da sociologia. Brasília: Ed. Da UnB, 1999.